

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**



PLANO DE ENSINO 2023.1

CALENDÁRIO	Calendário Suplementar Excepcional		
CURSO	Mestrado Acadêmico em Direito		
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Direito Internacional e Sustentabilidade		
LINHA DE PESQUISA	Direito Internacional, Econômico e Comércio Sustentável		
DISCIPLINA	DIR-410274 Direito Internacional Privado e Processual Europeu		
HORÁRIO	Terças-feiras às 15h às 18h		
DOCENTE	Aline Beltrame de Moura		
NÚMERO DE VAGAS	20	CARGA HORÁRIA	45

Ementa:	Módulo Jean Monnet. Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do Direito Internacional Privado. Codificação Europeia. Relação entre Direito Internacional Privado e Direito da União Europeia. Interpretação e aplicação das fontes. Direito das Obrigações contratuais e extracontratuais europeu. Direito de Família europeu. Direito das Sucessões europeu.
Objetivos:	<p>Objetivos Gerais: O curso insere-se no Programa Erasmus+ da Comissão Europeia, a qual instituiu o Módulo Jean Monnet e o Jean Monnet Network – BRIDGE Project na UFSC. A disciplina se propõe a fornecer aos estudantes o conhecimento crítico sobre os problemas gerais do direito internacional privado e processual europeu e os diferentes métodos utilizados, a fim de oferecer uma visão completa do sistema europeu, em particular, dos recentes e importantes desenvolvimentos legislativos e jurisprudenciais do direito da União Europeia nesse campo.</p> <p>Objetivos Específicos: Estudar o processo de integração regional da União Europeia; verificar as técnicas tradicionais e as novas orientações metodológicas do direito internacional privado; analisar a codificação regional através de atos normativos adotados pela União Europeia; analisar os problemas atinentes à interpretação e aplicação de tais fontes e a relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia; compreender o funcionamento das normas de Direito de Família europeu, do Direito das Sucessões europeu e do Direito das Obrigações contratuais e extracontratuais europeu.</p>
Metodologia:	Aulas expositivas da professora, seminários e estudos de caso.
Crerios de avaliação:	Apresentação de Seminário e paper final da disciplina que deverá ser entregue até 01/06/23.
Conteúdo programático:	<p>DATA ASSUNTO</p> <p>28/02 – Apresentação do plano de ensino / O processo de integração regional da União Europeia</p>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**



<p>* indique a data e o conteúdo dos encontros</p>	<p>Metodologia: Aula expositiva-dialogada</p> <p>07/03 - O processo de integração regional da União Europeia Metodologia: Aula expositiva-dialogada</p> <p>14/03 - O processo de integração regional da União Europeia Metodologia: Aula expositiva-dialogada</p> <p>21/03 – Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do Direito Internacional Privado Metodologia: Seminário</p> <p>28/03 - Codificação Europeia do Direito Internacional Privado Metodologia: Seminário</p> <p>04/04 - A relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia no tocante à interpretação e à aplicação de tais fontes Metodologia: Seminário</p> <p>11/04 a 25/04: Missão de trabalho em Portugal/Espanha</p> <p>19/04: V Workshop Jean Monnet Network on “Private International Law in relations between the European Union and Latin America”</p> <p>09/05 - Direito de Família europeu Metodologia: Seminário</p> <p>16/05 - Direito das Obrigações contratuais Metodologia: Seminário</p>
<p>Bibliografia Básica:</p>	<p>Aulas 1, 2 e 3. O processo de integração regional da União Europeia (28/02, 07/03 e 14/03)</p> <p>Textos obrigatórios:</p> <p>MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de. Introdução ao Direito Internacional Privado da União Europeia: da interação originária do direito internacional privado e do direito comunitário à criação de um direito internacional privado da União Europeia. In: MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Coord.). Aspectos da Unificação europeia do direito internacional privado. São Paulo: Intelecto, 2016, p. 3-61.</p> <p>MOURA, Aline Beltrame de. Organizações Internacionais de Natureza Supranacional e Intergovernamental: o caráter híbrido da União Europeia e a Intergovernamentalidade do Mercosul. In: Odete Maria de Oliveira. (Org.). Organizações Internacionais e seus Dilemas Formais e Informais. 1ed. Ijuí: Unijuí, 2012, v. 1, p. 263-294.</p> <p>Textos complementares:</p>

MONNET, Jean. Memórias: A construção da unidade europeia. Trad. De Ana Maria Falcão. Brasília: EdUnB, 1986.

TIZZANO, Antonio. The foreign relations law of the EU between supranationality and intergovernmental model. In: CANNIZZARO, Enzo (Ed.). The European Union as an Actor in International Relations. The Hague: Kluwer Law International, 2002, p. 135-147.

ROSSI, Lucia Serena. How fundamental are fundamental principles? Primacy of the EU Law, principles of national constitutions and fundamental rights after Lisbon. In: VENTURINI, Gabriella; BARIATTI, Stefania (eds.). Individual Rights and International Justice, Liber Fausto Pocar. Milano: Giuffrè, 2009, p. 801-822.

Aula 4. Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do Direito Internacional Privado (21/03)

Textos obrigatórios:

ARAÚJO, Nádia. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018, p. 27-60.

CITTADINO, Gisele; DUTRA, Deo Campos. Direito Internacional Privado: o diálogo como instrumento de efetivação dos Direitos Humanos. Seqüência, n. 64, jul. 2012, p. 259-284.

HAY, Peter. European Conflicts Law after the American "Revolution": Comparative Notes. University of Illinois Law Review, 2015, p. 2053-2073.

KINSCH, Patrick. Private International Law topics before the European Court of Human Rights. Yearbook of Private International Law, Volume 13 (2011), pp. 37-49.

Textos complementares:

CAMPILGIO, Cristina. Identità culturale, diritti umani e diritto internazionale privato. Rivista di Diritto Internazionale. Vol. XCIV, fasc. 4, 2011, p. 1029-1064.

MARINO, Silvia. Brevi considerazioni sulle interazioni fra diritto internazionale privato e diritti umani. Cuadernos de Derecho Transnacional (Marzo 2015), Vol. 7, Nº 1, pp. 112-127.

POCAR, Fausto. La comunitarizzazione del diritto Internazionale privato: una "European Conflict of Laws Revolution"? Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale. Anno XXXVI, n. 1, gennaio-marzo, 2000, p. 873-884.

Aula 5. Codificação Europeia do Direito Internacional Privado (28/03)

Textos obrigatórios:

ARAÚJO, Nádia. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018, p. 61-88.

BASEDOW, Jürgen. Coerência do Direito Internacional Privado da União Europeia. In: JAEGER, Augusto (Org.) Europeização da parte geral do direito

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



internacional privado: estudos sobre uma codificação do direito internacional privado na União Europeia. Porto Alegre: RJR, 2016, p. 51-78.
JAYME, Erik. Codificação e Parte Geral em Direito Internacional Privado. In: JAEGER, Augusto (Org.) Europeização da parte geral do direito internacional privado: estudos sobre uma codificação do direito internacional privado na União Europeia. Porto Alegre: RJR, 2016, p. 31-50.

Textos complementares:

BERGÉ, Jean Sylvestre; PORCHERON, Delphine; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa. Droit International Privé et Droit de l'Union Européenne. In: Répertoire Dalloz (de Droit international et de Droit européen). Avril 2017, pp. 01-44.

FILLERS, Aleksandrs. Implications of Article 81(1) TFEU's recognition clause for EU conflict of laws rules. Journal of Private International Law, 2018, 14:3, p. 476-499.

MOURA, Aline Beltrame de. A marginalização do critério de conexão da nacionalidade em favor da residência habitual do indivíduo no direito internacional privado europeu. Cuadernos ASADIP- Jóvenes Investigadores, v. 1, 2015, p. 13-30.

RÜHL, Giesela; HEIM, Jena van; HEIM, Jan von. Towards a European Code on Private International Law? Rabels Zeitschrift für Ausländisches und Internationales Privatrecht. Vol. 79, afl. 4, 2015, p. 701-751

Aula 6. A relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia e os problemas atinentes à interpretação e aplicação das fontes (04/04)

Textos obrigatórios:

LIAKOPOULOS, Dimitris. Interactions between European Court of Human Rights and Private International Law of European Union. Cuadernos de Derecho Transnacional (Marzo 2018), Vol. 10, nº 1, pp. 248-305.

NORDMEIER, Carl Friedrich. Breves reflexões sobre a viabilidade de uma Parte Geral de Direito Internacional Privado. In: JAEGER JUNIOR, Augusto (org.). Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: estudos sobre uma codificação do Direito Internacional Privado na União Europeia através de um Regulamento Zero. Porto Alegre: Gráfica e editora RJR, 2016, p. 117-131.

Textos complementares:

BARIATTI, Stefania. Qualificazione e interpretazione nel diritto internazionale privato comunitario: prime riflessioni. Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale. Anno XLII, 2006, p. 361-376.

BERGÉ, Jean Sylvestre. La hiérarchisation des droits et l'application du droit à différents niveaux. In: L'application du droit national, international et européen. Paris: Dalloz, 2013, pp. 263-317.

RODRÍGUEZ, Irene Blázquez. Libre circulación de personas y derecho internacional privado: una análisis a la luz de la jurisprudencia del tribunal de justiça de la Unión Europea. Cuadernos de Derecho Transnacional

(Outubre 2017), Vol. 9, Nº 2, pp. 106-126.

Aula 7. Direito de Família europeu (09/05)

Textos obrigatórios:

Antón Juárez , I. (2022). La residencia habitual del cónyuge en un divorcio transfronterizo: ¿una residencia habitual múltiple podría preservar la seguridad jurídica? A propósito de la STJUE de 25 de noviembre de 2021, C-289/20. *Cuadernos de Derecho Transnacional*, 14(1), 578-590.

MOURA, Aline Beltrame de; SILVA, Fernanda Ruy e. Harmonização do Direito de Família no Direito Internacional Privado Europeu: o Regulamento Roma III e suas repercussões jurisprudenciais. In: MOURA, Aline Beltrame de; DAL RI, Luciene. (Org.) *Imigração e Cidadania: uma releitura de institutos jurídicos clássicos a partir do modelo europeu*. Itajaí: Ed. Univali, 2018, p. 34-49.

MOTA, Helena. Os efeitos patrimoniais do casamento e das uniões de facto registadas no Direito Internacional Privado da União Europeia. Breve análise dos Regulamentos (UE) 2016/1103 e 2016/1104, de 24 de Junho. *Revista Electrónica de Direito*. n. 2, (jun/2017), pp. 02-33.

Textos complementares:

DOMÍNGUEZ, Celia M. Caamiña. Divorcio privado dictado por un tribunal religioso de un tercer estado: Asunto c-281/15 Soha Sahyouni y Raja Mamisch. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Outubre 2017), Vol. 9, Nº 2, pp. 629-634.

MOURA, Aline Beltrame de; AMARAL, Adrian Mohamed. L'ordre public and the European private international law: Sharia effects on the European family law. In: Agnieszka Kłos; Jan Misiuna; Marta Pachocka; Aleksandra Szczerba-Zawada. (Org.). *European Union and its values: freedom, solidarity and democracy*. 1ed. Warsaw: CeDeWu Sp. z o.o., 2020, v. 1, p. 41-50.

VIARENGO, Ilaria. Il Regolamento UE sulla legge applicabile alla separazione e al divorzio e il ruolo della volontà delle parti. *Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale*. Anno XLVII, n. 3, luglio-settembre, 2011, p. 601-624.

WALKER, Lara. Party autonomy, inconsistency and the specific characteristics of family law in the EU. *Journal of Private International Law*, 14:2, 2018, p. 225-261.

Aula 9. Direito das Obrigações contratuais (16/05)

Textos obrigatórios:

BABIĆ, Davor. Rome I Regulation: binding authority for arbitral tribunals in the European Union?, *Journal of Private International Law*, 13:1, 2017, p. 71-90.

CARAVACA, Alfonso-Luis Calvo. El Reglamento Roma I sobre la ley aplicable a las obligaciones contractuales: cuestiones escogidas. *Cuadernos de derecho transnacional*, Vol. 1, Nº. 2, 2009, págs. 52-133.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



	<p>GRIEDER, Hilda Aguilar. Desafíos y tendencias en el actual derecho internacional privado europeo de los contratos. Cuadernos de Derecho Transnacional (Octubre 2012), Vol. 4, nº 2, pp. 23-48.</p> <p>Textos complementares:</p> <p>Goncalves, Anabela Susana de Sousa, The E-Commerce International Consumer Contract in the European Union, Masaryk U. J.L. & Tech. 2015, p. 05-20.</p> <p>JUÁREZ, Isabel Antón. Los retos de la litigación transnacional en la Unión Europea: ¿se ha extendido demasiado la “noción de materia contractual” en el Reglamento Bruselas I?. Cuadernos de Derecho Transnacional (Marzo 2018), Vol. 10, Nº 1, pp. 525-533.</p> <p>MANKOWSKI, Peter. Just how free is a free choice of law in contract in the EU?. Journal of Private International Law, 2017, 13:2, p. 231-258.</p>
Bibliografia Complementar	Todas a bibliografia obrigatória e complementar foi indicada no item acima